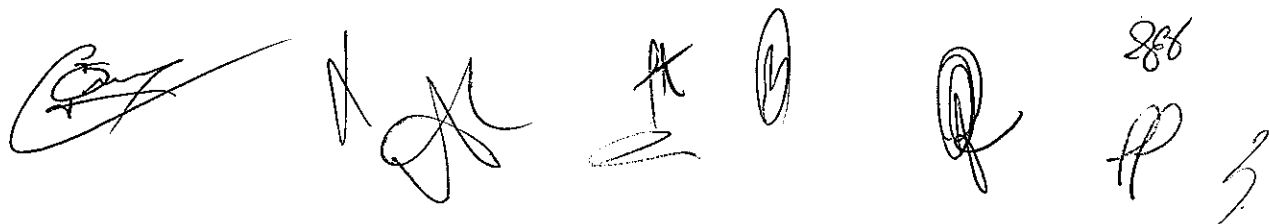
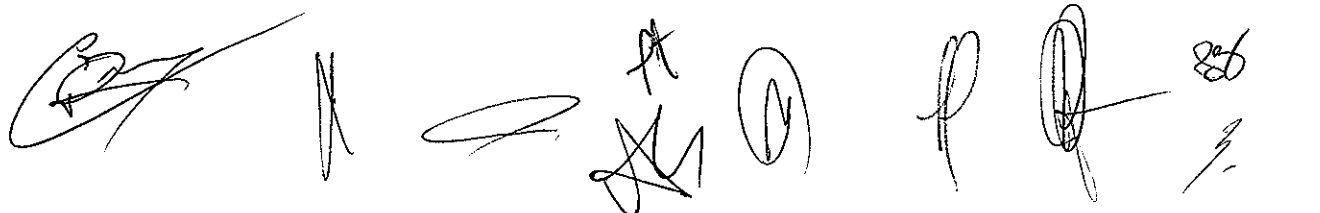


**ATA DA 241ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012**

Ao primeiro dia do mês de julho do ano dois mil e onze, na Sala de Reuniões do Edifício sede da Defensoria Pública do Estado, situado na Rua Boa Vista, nº 200, Auditório, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Pedro Antonio de Avellar, Fabiana Botelho Zapata, Bruno Diaz Napolitano, Vitore André Zílio Maximiano, substituindo a Conselheira Denise Nakano Veronezi, Luciana Jordão da Motta Armiliatto, substituindo o Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco, Antonio José Maffezoli Leite, Juliana Garcia Belloque, Luciana Zaffalon Márcia Regina Garutti, Franciane de Fátima Marques, Octavio Ginez de Almeida Bueno, José Moacyr Doretto Nascimento, e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Deu-se início aos trabalhos às 09h37min horas. A Presidente deu início aos trabalhos encaminhando a ata da 240ª sessão ordinária para aprovação. Aprovada por unanimidade. A Presidente relatou a solenidade ocorrida na última terça-feira, na sede da Instituição, que contou com a presença do Governador do Estado, Geraldo Alckmin, para assinatura do projeto de lei complementar que trata da remuneração e reestruturação do quadro de apoio da Defensoria, antes do envio à Assembléia Legislativa. Enfatizou a importância da visita do Governador de Estado à Defensoria Pública e informou a previsão de reajuste em 30% no salário dos servidores efetivos e comissionados. Explicou que o projeto ainda prevê a criação de 15 cargos de agentes de defensoria, número igual aos cargos comissionados extintos pela lei complementar nº 988/06 em razão da vacância. Ressaltou o trabalho da Defensoria Geral no acompanhamento do projeto junto a Assembléia Legislativa e a articulação com os Deputados Estaduais para o célere da aprovação. Mostrou a importância da atuação conjunta com a Associação Paulista de Defensores Públicos com relação a esse ponto. Informou a conclusão da folha de pagamento e o envio de mensagem eletrônica para todos os Defensores Públicos com os cálculos referentes ao valor da diferença a ser recebida e parabenizou o esforço realizado pelo Departamento de Tecnologia e Informação e o Departamento de Recursos Humanos. Noticiou a exoneração de dois Defensores Públicos e a substituição candidatos do quadro de reserva aprovados no último concurso na carreira, razão pela qual será publicado no diário oficial de amanhã o edital de abertura do concurso de remoção. A Conselheira Luciana Jordão informou a assinatura de contratos de locação de novas sedes para as unidades do interior, capital e região metropolitana. Relatou o início das obras necessárias para instalação das unidades. A presidente noticiou a reportagem publicada ao jornal "valor econômico" na data de hoje sobre a decisão do Desembargador Gilberto Moreira que indeferiu liminarmente o agravo de instrumento encaminhado ao Tribunal de Justiça por um Defensor Público com o fundamento de ausência de capacidade postulatória por falta de inscrição nos quadros da OAB. Relatou que a Defensoria Pública Geral impetrou um mandado de segurança cujo pedido de liminar ainda não havia sido apreciado. O Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano relatou a reunião com o Desembargador para tratar da lei complementar nº 132/10. O Conselheiro Pedro Avellar noticiou seu período de licença prêmio o qual participará de todas as reuniões. Não havendo comunicações da secretaria, passou-se ao momento aberto. A presidente abriu a palavra aos inscritos. A Sra. Maria Tereza relatou caso de violação aos Direitos Humanos e os problemas de atendimento na busca de justiça gratuita. Solicitou intervenção da Defensoria Pública no seu caso. A Conselheira Luciana Zaffalon colocou a Ouvidoria-Geral a disposição e comprometeu-se a estudar o caso. Relatou o atendimento da interessada na unidade Fazenda Pública que analisa eventuais medidas cabíveis para a solução do problema. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos conselheiros. A Conselheira Luciana Zaffalon parabenizou a Defensora Geral pela presença do Governador do Estado na instituição para assinatura do Projeto de Lei. O Conselheiro José Moacyr também parabenizou a Defensora Pública Geral e questionou o encaminhamento do projeto de lei que altera a 988/06. A Presidente relatou a ciência do Governador da necessidade de




se readequar a Lei Complementar 988/06, mas que aguarda o momento mais oportuno para tratar desse assunto. O Conselheiro Bruno Diaz Napolitano informou que os usuários do Polo de Família da Regional Leste, instalado na Unidade Itaquera estão encontrando problemas no atendimento devido a alta demanda e o elevado número de atendimentos agendados. A presidente disse que vai se informar e estudar melhor a questão. Relatou a reunião esta semana da Segunda Subdefensora Pública Geral com os Defensores da Regional Leste e Apadep para tratar do assunto. A Conselheira Franciane transmitiu a Defensora Pública Geral uma mensagem de agradecimento de servidores da Defensoria Pública. Informou o protocolo realizado na secretaria do Conselho Superior da proposta de criação da Coordenadoria de Presos Provisórios, em decorrência da conclusão dos trabalhos da comissão que presidiu. A Presidente anunciou que foi protocolada a semana passada na secretaria do Conselho Superior uma moção para solicitar a conclusão dos trabalhos. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, parabenizou a Defensora Geral pela articulação nas questões tratadas com o Governador do Estado e relatou a reunião com Defensores da Regional Criminal para colher opiniões da melhor forma de implantação da Coordenadoria de Presos Provisórios. A Conselheira Luciana Zaffalon informou a realização positiva dos trabalhos da Comissão de Segurança, que contou com o auxílio da assessoria do Instituto "Sou da Paz" e parabenizou a Conselheira Luciana Jordão pela condução dos trabalhos. O Conselheiro Rafael Vernaschi informou que a Anadep se prepara para agir caso a OAB questione a constitucionalidade da capacidade postulatória dos Defensores decorrente de exercer cargo público. Informou o aguardo do posicionamento do jurista Celso Mello ao pedido de produção de parecer sobre o assunto. A Conselheira Marcia Garutti informou a finalização da correição na unidade Varas Singulares da Regional Criminal e narrou a excelente atuação de um Defensor Público em defesa de assistido acusado de tráfico de entorpecentes. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 212/11. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante no "Ciclo de Palestras na Faculdade de Direito Toledo", nos dias 07 e 08 de julho de 2011. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o pedido de afastamento dos interessados, quais sejam: Renato Campos Pinto De Vítto e Elpídio Francisco Ferraz Neto. CSDP nº 233/11. Interessada: Cássia Zanguetin Michelão. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de extensão universitária "Segurança Pública no Brasil: novos paradigmas, cenários e atores", no período de 18 a 21 de julho de 2011. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. A Presidente informou a desistência da interessada. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, homologar o pedido de desistência da interessada. CSDP nº 214/11 (Excetuado à pauta). Interessado: Geraldo Sanches Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para participar do curso intensivo de pós graduação pela Faculdade de Direito de Buenos Aires: "Sistema penal: cuestiones fundamentales", no período 11 a 29 de julho 2011. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. A relatora proferiu a leitura do voto. A Presidente chamou atenção para o gasto da instituição em substituições e encaminhou a discussão. O colegiado discutiu o fato do afastamento consecutivo possa prejudicar as atividades da unidade onde o Defensor atua. A Conselheira Juliana articulou que não há diferença se o Defensor é afastado por dias consecutivos ou por muitos dias fracionados e foi acompanhada pelos Conselheiros Antonio Maffezoli, Franciane de Fátima e José Moacyr. O Conselheiro Vitore demonstrou que o afastamento por muitos dias de forma ininterrupta pode acarretar mais prejuízos as atividades da unidade do que feito de forma fracionada ao longo do ano. A presidente sugeriu que Defensores Públicos utilizem a licença prêmio para afastamentos de longo período. O Conselheiro Antonio reclamou a ausência política institucional para os afastamentos, criando critérios objetivos para tratar a matéria e solicitou que a Administração e a Edepe disponibilizem os dados gerados por afastamentos para que se crie uma comissão para estudar uma solução. O Conselheiro Vitore lembrou que esta competência é do Conselho Superior e não da Edepe. A presidente informou que este levantamento já esta sendo realizado e que a Administração Superior irá apresentar uma proposta. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto da relatora, deferir o pedido de afastamento do interessado. Vencidos o Conselheiro Vitore




Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

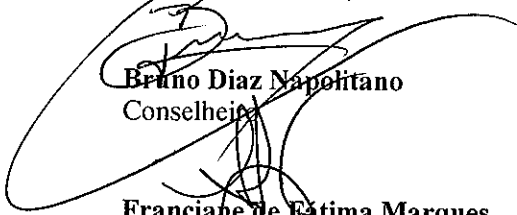
André Zílio Maximiano e a Conselheira Luciana Jordão da Motta Armiliatto de Carvalho, que indeferiram o pedido. CSDP nº 278/11. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 13/06, que regulamenta a concessão de diárias, dispõe sobre o reembolso de transportes e dá outras providências. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A relatora proferiu a leitura do voto. A Defensora Geral informou que a reserva anual para diárias já foi utilizado em 6 meses. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Avellar. CSDP nº 261/10. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. A presidente encaminhou a proposta de supressão do artigo 42. A presidente encaminhou proposta de hipóteses de abstenção no artigo 42. O Conselho Superior, após votar até o artigo 42 da deliberação, deliberou prorrogar a discussão e a votação para a 243ª sessão ordinária, que deverá ter a pauta reduzida. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão Eu, Andrea Silva Britto, Secretaria do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo ao primeiro dia do mês de julho do ano de 2011.



**Daniela Sollberger Cembranelli**  
Presidente



**Antonio Maffezoli Leite**  
Conselheiro



**Bruno Diaz Napolitano**  
Conselheiro



**Fabiana Batelho Zapata**  
Conselheira

**Franciane de Fatima Marques**  
Conselheira



**José Moacyr Doretto Nascimento**  
Conselheiro

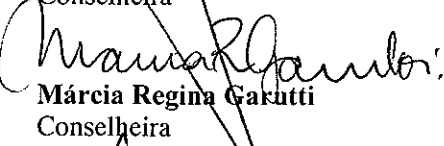


**Juliana Garcia Belloque**  
Conselheira

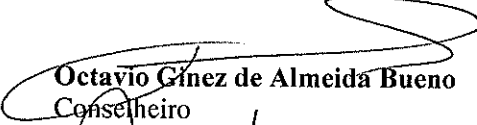
**Luciana Jordão da Motta A. de Carvalho**  
Conselheira



**Luciana Zaffalon Leme Cardoso**  
Conselheira



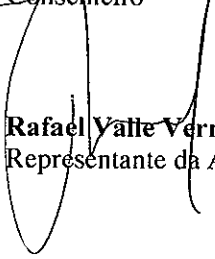
**Márcia Regina Garutti**  
Conselheira



**Octavio Ginez de Almeida Bueno**  
Conselheiro



**Pedro Antonio de Avellar**  
Conselheiro



**Rafael Valle Vernaschi**  
Representante da Apadep



**Vitore André Zilio Maximiano**  
Conselheiro